



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2021

1. Número e Título do Projeto

OEI/BRA/14/004

2. Objetivo da Contratação

Contratação de consultoria técnica especializada no desenvolvimento de estudos, análises e outras ações da educação básica quanto à implementação e execução das ações desenvolvidas pelo FNDE/MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, com o objetivo de promover avaliação e proposições de melhoria dos processos de gestão e acompanhamento dos instrumentos pactuados pela Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP.

3. Enquadramento

3.1 Resultado

Resultado 2.1 – Pesquisas e estudos realizados para a criação de condições institucionais e informacionais propícias à elevação da comunicabilidade interna e externa do MEC em suas ações de integrar a educação ao contexto político do Governo Federal.

3.2 Atividade

Atividade 2.1.3 – Elaborar e validar processos gerenciais e operativos para ampliar a qualidade das informações relacionadas aos programas e ações desenvolvidos pelo MEC e por suas Entidades Vinculadas.

4. Justificativa

O FNDE, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 5537/M968, pactua ações no intuito de viabilizar o acesso do aluno a espaço físico de qualidade, bem como de atender as demandas sociais por matrículas na rede pública da educação básica em todas as esferas por meio de construção, ampliação e reforma de escolas, abrangendo o público escolar do campo, das áreas indígenas, quilombolas e urbanas.

A dimensão de infraestrutura, em especial construções, ampliações e reformas demandam o acompanhamento do FNDE, desde a concepção dos projetos arquitetônicos apresentados pelos entes federados, até a finalização da obra.

Nesse contexto, embora todo o acompanhamento durante a execução das obras, o FNDE, na sua atuação de apoio técnico aos entes federados, verifica problemas com as obras financiadas, seja por projetos realizados em desconformidade com os pactuados, seja por obras cuja morosidade de execução impacta negativamente na sua conclusão, ou, ainda, por obras cuja execução é descontinuada, permanecendo abandonadas e, assim, deixando de atender as demandas de vagas da população estudantil.

Dessa maneira, o FNDE tem buscado inovar e modernizar sua forma de gestão para superar os desafios e atingir as finalidades que lhe são atribuídas, visando alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos.

Ademais, tais ações permitirão que o FNDE antecipe ações de melhorias que minimizem os problemas na execução dos projetos aprovados, evitando paralisação e/ou abandono das obras, bem como aprimorando o monitoramento.

A contratação de consultoria técnica especializada para análise do processo de avaliação da execução das ações de infraestrutura educacional pactuadas, faz-se necessária para a implementação de melhorias nos mecanismos de controle interno visando a adequação e efetividades dos objetos pactuados, traduzidos pelas obras entregues, de acordo com os conceitos e princípios de governança e gestão de riscos aplicados ao setor público, bem como para a melhoria da qualidade das obras financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, objetivando atender às diretrizes e metas estabelecidas no Plano nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014.

Diante do exposto, a contratação de profissionais para prestação de consultoria técnica se justifica para a realização de diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim fortalecer à gestão das atividades que envolvam a alocação de recursos orçamentários inerentes às transferências voluntárias e à descentralização orçamentária de projetos educacionais geridos pelo FNDE. Ademais, faz-se necessário contratação de consultoria especializada, com formação em nível superior, experiente em atividades relacionadas aos processos de políticas educacionais para elaboração de diagnóstico dos programas, projetos e ações, a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas de educação do Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE).

Cabe ressaltar que o quadro funcional do FNDE não possui funcionários com as exigências e qualificações necessárias para a realização do trabalho objeto deste documento.

5. Atividades que deverão ser executadas, conforme perfil profissional:

5.1 PERFIL 01:

- a) Realizar levantamento situacional das obras canceladas;
- b) Analisar os critérios utilizados para análise de cancelamento de obras;
- c) Analisar as causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra;
- d) Elaborar documento contendo estudos analíticos acerca dos critérios utilizados para o cancelamento de obras, bem como causas que levam ao cancelamento do empreendimento no âmbito da Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP, incluindo pontos de atenção a ser observados.

5.2 PERFIL 02:

- a) Realizar levantamento situacional dos instrumentos que solicitaram prorrogação de prazo;
- b) Analisar as causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem a prorrogação de prazo dos termos de compromisso/convênios de obras;
- c) Elaborar documento contendo estudos analíticos considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados, incluindo proposta de pontos de atenção a ser observados.

5.3 PERFIL 03:

- a) Realizar levantamento situacional das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails direcionadas à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP;
- b) Analisar as demandas conforme período, região e assunto;
- c) Elaborar documento contendo estudos analíticos considerando os procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP, incluindo proposta de pontos de atenção a ser observados.

5.4 PERFIL 04:

- a) Realizar levantamento situacional do Mobiliário do Proinfância;
- b) Analisar os processos de aquisição e monitoramento do mobiliário do proinfância;
- c) Elaborar documento técnico considerando aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.

6. Produtos ou resultados previstos, remuneração e cronograma de entrega

Consultor 1

Produto	Data de entrega
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já realizados para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.	50 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já	110 dias após a assinatura do contrato

realizados para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.	
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já realizados para os estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.	180 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já realizados para os estados do Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre.	240 dias após a assinatura do contrato
Produto 5 - Documento técnico “E” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já realizados para os estados de Roraima, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.	310 dias após a assinatura do contrato
Produto 6 - Documento técnico “F” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente às principais causas e entraves administrativos que levam os entes federados a solicitarem o cancelamento de obra pactuada com o FNDE, considerando os motivos apresentados. Nesse contexto, deverá ser incluída proposta com pontos de atenção e ações para redução das demandas de cancelamento de obras , bem como apresentação de dados consolidados dos cancelamentos já realizados para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí e Bahia.	360 dias após a assinatura do contrato
Valor total do contrato por consultor	

Consultor 2:

Produto	Data de entrega
<p>Produto 1 - Documento técnico “A” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.</p>	<p>50 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 2 - Documento técnico “B” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.</p>	<p>110 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 3 - Documento técnico “C” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.</p>	<p>180 dias após a assinatura do contrato</p>

<p>Produto 4 - Documento técnico “D” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados do Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre.</p>	<p>240 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 5 - Documento técnico “E” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados de Roraima, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.</p>	<p>310 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 6 - Documento técnico “F” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, referente aos principais motivos e/ou entraves administrativos que levaram os entes federados a solicitarem prorrogação do prazo de execução das obras, considerando o tempo de vigência dos instrumentos, os principais motivos apresentados para o aditivo do prazo e deferimento ou não da solicitação de prorrogação da vigência pelo FNDE. Nesse contexto, deverão ser incluídos quantitativos de instrumentos prorrogados, proposta de pontos de atenção e ações para redução da demanda, bem como apresentação de dados consolidados para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí e Bahia.</p>	<p>360 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Valor total do contrato por consultor</p>	

Consultor 3:

Produto	Data de entrega
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Janeiro/2021 até Fevereiro/2021 , incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.	50 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Março/2021 até Abril/2021 , incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.	110 dias após a assinatura do contrato
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Maio/2021 até Junho/2021 , incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.	180 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Julho/2021 até Agosto/2021 , incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.	240 dias após a assinatura do contrato
Produto 5 - Documento técnico “E” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Setembro/2021 até Outubro/2021 , incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.	310 dias após a assinatura do contrato

<p>Produto 6 - Documento técnico “F” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, acerca das demandas do e-Sic, e-Ouv, Par Fale Conosco, e e-mails enviados à CGIMP, durante os período de Novembro/2021 até Dezembro/2021, incluindo proposta de pontos de atenção a ser repassado à equipe técnica do FNDE, no que tange aos procedimentos internos pertinentes à Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP.</p>	<p>360 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Valor total do contrato por consultor</p>	

Consultor 4:

Produto	Data de entrega
<p>Produto 1 - Documento técnico “A” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiários ao processo de aquisição e Monitoramento do Mobiliário do Proinfância, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.</p>	<p>50 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 2 - Documento técnico “B” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiário ao processo de aquisição do Mobiliário do Proinfância, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.</p>	<p>110 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 3 - Documento técnico “C” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiário ao processo de aquisição do Mobiliário do Proinfância, nos estado do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. no que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.</p>	<p>180 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 4 - Documento técnico “D” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiário ao processo de aquisição do Mobiliário do Proinfância, nos estados de Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre no que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.</p>	<p>240 dias após a assinatura do contrato</p>
<p>Produto 5 - Documento técnico “E” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiário ao processo de aquisição do Mobiliário do Proinfância, nos estados de Roraima, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão no que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.</p>	<p>310 dias após a assinatura do contrato</p>

Produto 6 - Documento técnico “F” contendo estudo analítico da base de dados do FNDE, com fins subsidiário ao processo de aquisição do Mobiliário do Proinfância , nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí e Bahia no que tange a aferição das irregularidades técnico/administrativas/financeiras existentes durante o processo, incluindo proposta de pontos de atenção e melhoria no processo de monitoramento de maneira a subsidiar a equipe técnica do FNDE.	360 dias após a assinatura do contrato
Valor total do contrato por consultor	

7. Requisitos de qualificação

a. Formação acadêmica

Requisito obrigatório: Diploma de conclusão de curso superior completo, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, em qualquer área de atuação.

b. Experiência profissional

b.1 Requisito obrigatório: Obrigatória experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos em atividades administrativas no âmbito público.

Nota Explicativa: Entende-se como atividades administrativas, aquelas de gestão financeira e controle de processos, análise e diagnóstico organizacional, organização processual e registro de informações e gerência de informações e revisão de documentos.

b.2 Desejável: experiência mínima comprovada de 1 (um) ano no uso do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC.

b.3 Desejável: Experiência mínima comprovada de 1 (um) ano no acompanhamento e implementação de políticas públicas, numa das três esferas de governo.

8. Processo seletivo

8.1 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato.

8.2 A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica, nesse caso os diálogos serão obrigatoriamente gravados.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

8.4 A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

8.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Análise de Currículos – PC

a) serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital, conforme alíneas “a” e “b” do item 7;

b) nesta etapa será aferida pontuação para os currículos inscritos que atendem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência.

c) A pontuação desta etapa será atribuída conforme itens 8.5.1 e 8.5.2 do quadro abaixo, em formulário constante do Anexo I;

d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.

e) em caso de empate na Análise de Currículos, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

1. obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido, conforme item 5 deste Termo de Referência
2. obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

8.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

a) serão convocados para a entrevista os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos - considerando 03 (três) vezes o número de vagas, para o perfil; salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderá ser convocado além de 03 (três) vezes o número de vagas.

b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

c) A pontuação desta etapa será atribuída conforme item 8.5.3 do quadro abaixo, em formulário constante do Anexo II;

d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.

e) em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

1. obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência
2. obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

8.5 Critérios de avaliação

8.5.1 Formação Acadêmica – requisito obrigatório - Diploma de conclusão de curso superior em qualquer área, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

8.5.2 Experiência Profissional (Pontuação Máxima – 6,0 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Obrigatória experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos em atividades administrativas no âmbito público.	3 pontos: 3 ou mais anos de experiência
<u>Nota Explicativa:</u> Entende-se como atividades administrativas, aquelas de gestão financeira e controle de processos, análise e diagnóstico organizacional, organização processual e registro	2 pontos: 2,5 anos de experiência
	1 ponto: 2 anos de experiência

de informações e gerência de informações e revisão de documentos.	
Desejável experiência mínima comprovada de 1 (um) ano em conhecimento do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC. Módulo PAR ou Obras 2.0.	1,5 pontos: 2 anos ou mais de experiência 1,25 pontos: 1,5 anos de experiência 1 ponto: 1 ano de experiência
Desejável: Experiência mínima comprovada de 1 (um) ano no acompanhamento e implementação de políticas públicas, numa das três esferas de governo.	1,5 ponto: 2 anos ou mais de experiência 1,25 pontos: 1,5 anos de experiência 1 ponto: 1 ano de experiência

8.5.3 Entrevista (Pontuação Máxima – 4,0 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Domina os assuntos relativos à sua contratação, como: 1. Conhecimento prático; 2. Conhecimento teórico.	Até 2,0
Comunicação e interlocução durante a entrevista	Até 1,0
Demonstra disponibilidade e interesse especial no trabalho desenvolvido pelo órgão contratante nas políticas de melhoria da educação.	Até 1,0

Serão exigidos documentos comprobatórios dos itens 8.5.1 e 8.5.2

9. Vigência do contrato: Em 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

11. Número de Vagas: Total de 4 (quatro) vagas categorizadas em 04 (quatro) perfis técnicos.

12. Local de Trabalho: As atividades serão desenvolvidas em Brasília (DF), no entanto, o (a) consultor (a) deve estar à disposição para eventuais viagens.

13. Considerações gerais

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais – CGIMP/DIGAP/FNDE, SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 12º Andar, Brasília (DF), como Relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

O (a) consultor (a) deve ter disponibilidade para executar atividades no Ministério da Educação e/ou no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao Ministério da Educação, e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia do Ministério da Educação.